



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS

CURSO DE PSICOLOGIA

**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SUAS
CONSEQUENCIAS PSICOLÓGICAS E TRATAMENTO**

TATIANA GUIMARÃES IKAWA

**BRASÍLIA-DF
DEZEMBRO/2007.**

TATIANA GUIMARÃES IKAWA

**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS E
TRATAMENTO**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB como
requisito básico para obtenção do grau de
Psicólogo da Faculdade de Ciências da
Saúde. Professor-orientador: Maurício da
Silva Neubern.

Brasília-DF, Novembro de 2007.



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Professor Maurício da Silva Neubern, Doutor em Psicologia.

Professora Carlene Dias Tenório, Doutora em Psicologia.

Professor Fernando González Rey, Doutor em Psicologia.

A Menção Final obtida foi:

Brasília-DF, Novembro de 2007.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pois muitas vezes me desanimei com esse trabalho e busquei forças Nele.

Muito obrigada aos meus pais, irmãos, avó e tia Teresa por toda a torcida e apoio. Obrigada pela paciência com meus momentos de desespero e irritação. Sem vocês realmente teria sido mais difícil.

Agradeço o meu orientador Maurício Neubern por todo o carinho e paciência. Por ter gerado muitos questionamentos e reflexões ao longo do meu trabalho.

Agradeço a Patrícia, por todo carinho e amparo que tive em momentos de desespero e angústia. Pois sempre emprestou um pouco do seu tempo para me ouvir e me aconselhar. Muito obrigada por toda a força e apoio de uma verdadeira amiga.

Agradeço a Fernanda por sempre me apoiar e incentivar e por todo o carinho não só nos momentos da supervisão como ao longo do semestre

Aos amigos que compreenderam minha ausência nesses meses: Odália, Juliana, Allana, Márcio, Leandro, Rodolpho e Luciana.

Agradeço também todo o incentivo da Carolina, Guilherme, Igor, Lindebergue, Felipe e Beatriz.

Faço dois agradecimentos especiais.: Aos meus avôs José Francisco e Masachika Ikawa. Na verdade não são agradecimentos. Dedico a eles todo esse trabalho. Pois gostaria muito que estivessem aqui para comemorarem junto comigo mais uma etapa da minha vida.

SUMÁRIO

RESUMO.....	V
INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1 Definição do que é abuso sexual segundo alguns autores.....	10
1.2. Como surgiu o conceito de infância.....	15
1.3. A invenção da família.....	22
CAPÍTULO 2: ASPECTOS PSICOLÓGICOS.....	24
2.1. Consequência - Sinais apresentados por crianças vítimas de abuso.....	24
2.2. Sofrimento.....	25
2.3. Perpetuação da violência.....	31
CAPÍTULO 3:A FAMÍLIA E A REDE PROFISSIONAL.....	34
3.1. O abuso sexual na família.....	34
3.2. O segredo na família.....	36
3.3. Abordagem do abuso intrafamiliar.....	37
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo uma reflexão acerca das consequências do abuso sexual, assim como as medidas que podem ser utilizadas para trabalhar de forma individual e com a família. Inicialmente é realizada uma reflexão sobre a definição do que vem a ser abuso sexual no sentido legal e psicológico, na perspectiva de diversos autores. Em seguida apresenta-se o conceito de infância, assim como as mudanças que tal definição sofreu e sofre com o momento histórico, dificultado muitas vezes um entendimento mais claro do que vem a ser criança e com isso o que vem a ser abuso sexual e suas relações com a noção de infância. E com isso proporcionar uma reflexão se esse conceito de infância desapareceu ou não de nossa sociedade. Da mesma forma, procura-se refletir sobre o conceito de família e sua origem. O abuso sexual apresenta sinais tanto físicos como psicológicos, que por sua vez, geram diversos tipos de sofrimentos. O enfoque psicológico é discutido nesse trabalho, no sentido de refletirmos acerca da dinâmica familiar que apresenta o abuso como parte reguladora desse sistema e com isso desenvolve o surgimento do segredo e demais conflitos relacionais entre os membros da família, e o meio social em que se encontram inseridos, assim como as consequências a curto e longo prazo do abuso para todos os membros desse sistema, não só para a vítima. Também é abordada nesse momento a questão da perpetuação da violência. O trabalho com famílias abusivas requer toda uma preparação da equipe, a fim de promover com segurança a revelação por parte da vítima e com isso proporcionarem uma reestruturação familiar sem que o abuso continue. Visa também a continuidade do tratamento incluindo todos os sujeitos do sistema envolvido e uma reconstrução da identidade de todos os membros do sistema familiar, possibilitando um novo olhar e vivência em relação ao processo de abuso sexual. Reflexões acerca das medidas terapêuticas desenvolvidas e sua eficiência. E o por que do trabalho em equipe, ou seja envolvendo diversos profissionais juntos, tais como advogados, assistentes sociais, psiquiatras, médicos psicólogos, entre outros. Cabe a todos os profissionais envolvidos compreensão acerca do abuso sexual intrafamiliar, seu contexto, a visão que cada membro apresenta em relação ao abuso. Os mecanismos que os membros da família apresentam para não lidarem com a realidade de abuso e com isso muitas vezes dificultarem o processo terapêutico.

Palavras chaves: abuso sexual; dinâmica familiar; identidade.

A palavra incesto deriva do latim “incestus”, que significa impuro, manchado, não casto. Definido, de forma geral, como uma coação exercida por um adulto ligado à criança por laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, com a finalidade de levá-la a participar de práticas eróticas.

O abuso e a violência sempre existiram na história, porém de forma sempre velada por um longo período. Mas o processo de torná-lo público e divulgado só ocorreu de fato no século XIX, época em que surgiram os reformatórios sociais, sendo a maioria de orientação religiosa. Preocupavam-se com o desenvolvimento moral, com o caráter filantrópico e criaram reformatórios juvenis e orfanatos.

Importante lembrar que o abuso sexual é um fenômeno transgeracional, que perpassa todas as classes sociais e cuja incidência não se revela no seu inteiro teor, já que, na grande maioria dos casos, não se leva à notícia do abuso às autoridades competentes.

Questões relacionadas ao abuso sexual infantil já são em si mesmas difíceis de serem discutidas e tratadas. Isso se agrava se os profissionais não estiverem bem treinados e integrados em todo o contexto, seja ele familiar e/ou profissional.

Observa-se um crescente movimento dos direitos da criança e também um crescente conhecimento e preocupação com a sua saúde mental, tornando possível a visão do abuso sexual infantil por diversas vertentes, muito embora esta integração desses “olhares” esteja caminhando lentamente.

Segundo Azevedo (1995), o termo violência refere-se a relação assimétrica (hierárquica) de poder com fim de dominação, exploração e opressão. E esse fenômeno é causado por múltiplos e diferentes fatores sociais, econômicos, culturais, psicológicos e situacionais.

Os autores Duarte e Arboleda (1997), definem a violência sexual como o contato de adultos com crianças e adolescentes como objeto gratificante para as necessidades ou desejos

sexuais do adulto e que causam danos a essas vítimas. Importante lembrarmos que o abuso sexual também é possível entre um adulto agindo como abusador de outro adulto.

Segundo Furniss (2002), o abuso sexual deve ser visto e abordado tanto pelo aspecto dos direitos da criança, como pelo aspecto de promover sua saúde física e psicologia. Mas, observa-se um "despreparo generalizado envolvendo desde os profissionais da área de saúde, educadores e juristas até as instituições escolares, hospitalares e jurídicas, em manejar e tratar adequadamente os casos surgidos" (Flores & Caminha, 1994, p. 158).

Azevedo e Guerra (2000) fazem a separação entre o incesto propriamente dito e os menos graves, que são aqueles cometidos entre parentes afins, sobrinhos, cunhados e outros, assim como a separação dos incestos consanguíneos das outras formas de relações incestuosas: os para-incestos, que são aqueles nos quais as pessoas poderiam ser consideradas parentes, como, por exemplo, entre o amante da mãe com a filha desta, ou entre filhos que moram juntos mas que têm pais diferentes; e os incestos polimorfos, os quais alguém se aproveita do cargo ou função que exerce para se impor sexualmente a um subalterno, considerado como equivalente do incesto por envolver o poder do mais forte sobre o mais fraco.

O incesto costuma ser uma experiência devastadora porque se insere na constelação das emoções e dos conflitos familiares. O impacto emocional geralmente ocorre devido a influência cultural em relação ao assunto. Mas outro fator de extrema relevância nesse caso é o papel de adulto que a criança ou o adolescente passa a desempenhar nessa situação, sendo que esse era o papel que seus responsáveis deveriam desenvolver, e muitas vezes são esses adultos que estão abusando dessa criança ou adolescente.

De acordo com Sluzki (1997, p.37),

As fronteiras do indivíduo não estão limitadas por sua pele, mas incluem tudo aquilo com que o sujeito interage (isto significa que) as fronteiras do sistema significativo do

indivíduo não se limitam à família nuclear ou extensa, mas incluem todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e de práticas sociais.

Assim, as dificuldades vividas por uma determinada pessoa, devem ser analisadas de um ponto de vista que abranja à família e à sociedade em que aquela está inserida, ou seja todo o seu contexto.

A violência sexual é um evento que abala toda a família, assim como toda a rede social, por se encontrar dificuldade em ser discutida, avaliada e na buscar ações imediatas de prevenção, atendimento e responsabilização (Santos, 2002). É um assunto que implica na violação de tabu sociais, que pode gerar desconforto na família e nos profissionais que lidam com esses casos.

A síndrome do segredo normalmente ocorre nas famílias com dinâmica de abuso, favorecendo sua continuidade. Segundo Ferrari e Vecina (2002), algumas possibilidades são pensadas quanto a manutenção do segredo pelo cônjuge, tais como: medo de agressão; recusa em lidar com a perda, já que qualquer tomada de atitude dele pode implicar no afastamento do companheiro ou do filho que está sofrendo agressão. A manutenção do segredo pela criança ou adolescente pode ocorrer pois este acredita que ninguém dará credibilidade ao que ela diz ou que ninguém seria capaz de protegê-la; pode temer perder o afeto do agente da agressão. Furniss sugere que o terapeuta introduza uma ‘idéia’ sobre um segredo, como um procedimento que se pode adotar sem pressionar a criança para a revelação. Ele utiliza “A Estória de uma Outra Criança”, como metáfora para falar daquilo que ela mesma vivencia.

O presente trabalho tem como objetivo compreender a dinâmica da família abusiva, ou seja, o que ocorre no sistema familiar que apresenta a violência como parte de sua dinâmica familiar e as conseqüências que esse abuso gera a curto e longo prazo para a vítima e sua família. Conseqüentemente o trabalho aborda meios de intervenção para esses casos. Meios

que possibilitem uma reestruturação da identidade de todos os membros da família e um novo olhar em relação ao abuso.

Para isso, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: num primeiro momento procura-se discutir a definição de abuso sexual relacionando diversos autores e suas concepções acerca do tema. Em seguida, é feita uma reflexão da origem do termo infância, as mudanças que esse conceito sofreu com o passar do tempo e a influência cultural que é exercida continuamente para a compreensão do que vem a ser infância. E conseqüentemente como a família teve que se posicionar e se reestruturar diante dessas mudanças que a infância sofreu e sofre na sociedade.

Num segundo momento são apresentadas as conseqüências do abuso sexual, os sinais comportamentais e psicológicos que podem ser observados em vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Assim como os mecanismos utilizados pela vítima para lidar com o abuso. Nesse momento também são apresentadas reflexões acerca da perpetuação de tal violência.

Num terceiro momento o trabalho aborda a família que apresenta como dinâmica de suas relações a violência. Assim como o segredo que permeia tais relações, ou seja, a função que tal segredo pode estar desenvolvendo nesse sistema e o porque é mantido pelos membros da família.

Por fim, o trabalho discute formas de intervenção com famílias que apresentam a dinâmica o abuso sexual. Como o trabalho deve ser desenvolvido pelos profissionais e os cuidados que devem ser tomados. A intervenção que é mencionada no trabalho também serve como prevenção, a fim de evitar a continuidade do abuso. Para isso fortalecendo todo o sistema familiar envolvido.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Definição do que é abuso sexual segundo alguns autores

Segundo Furniss (1993), o abuso sexual da criança é tanto uma questão política quanto clínica, apresentando importantes aspectos sociológicos e antropológicos. O mesmo autor afirma também que a consciência cada vez maior do abuso sexual da criança por parte dos profissionais tem sua origem em duas fontes. A primeira é o crescente movimento dos direitos da criança, enquanto que a segunda fonte é o crescente conhecimento e preocupação com a saúde física e mental da criança. Mas, infelizmente, observa-se um "despreparo generalizado envolvendo desde os profissionais da área de saúde, educadores e juristas até as instituições escolares, hospitalares e jurídicas, em manejar e tratar adequadamente os casos surgidos" (Flores & Caminha, 1994, p. 158).

Segundo alguns autores o termo abuso é usado para definir uma forma de maus-tratos de crianças e adolescentes, que apresenta tanto violência física como psicológica, geralmente repetitivo e intencional. Por isso, praticado mais freqüentemente por familiares ou responsáveis. Por sua vez Watson (1994) define abuso sexual como qualquer atividade ou interação onde a intenção é estimular e/ou controlar a sexualidade da criança.

Friedman (1990) sugere que os estatutos que tratam do abuso sexual da criança deveriam abordar, como principal fator em sua definição, a habilidade de consentir livremente participar de um determinado comportamento. Dessa forma, seria eliminada a ênfase em uma variável particular (idade, nível cognitivo, força, habilidades sociais, maturidade física, etc.) e haveria uma análise completa da situação por parte do promotor (na decisão da acusação) e do juiz ou do júri (na decisão de culpa ou inocência).

Segundo Gabel (1997), o abuso sexual supõe três níveis: o forte, aquele que exerce o poder sobre o fraco. A dependência que o fraco possui em relação ao forte e o atentado ao direito que todo indivíduo tem sobre seu corpo.

Numa concepção antropológica, Chauí (1985), define o abuso sexual como uma relação de forças, num pólo há a dominação e no outro a coisificação. No primeiro pólo há uma assimetria de uma relação hierárquica, que possui como fins a dominação, exploração e opressão. Já no outro pólo o ser humano é tratado como coisa, e não como sujeito.

De acordo com alguns autores, as definições de abuso sexual devem abranger diferenças de idade e elementos de coerção, levando-se em conta o tipo de comportamento envolvido, pois, acreditam que deve haver uma diferença de idade de cinco anos ou mais quando a vítima é menor de 12 anos e uma diferença de dez anos ou mais quando a criança tiver entre 13 e 16 anos.

DePanfilis e Salus (1992 apud Amazarray & Koller, 2005) apresentam a distinção entre abuso sexual e estupro, sendo que para ser considerado abuso sexual, os atos devem ser cometidos por uma pessoa responsável pelo cuidado da criança, já no estupro os atos são cometidos por uma pessoa que não é responsável pelo cuidado da criança, caracterizado por uma agressão sexual que inclui relação sexual contra a vontade da vítima.

O paradigma jurídico, que tem como base a teoria penal brasileira, considera os crimes sexuais como crimes contra os costumes, e não contra a pessoa, ou seja, a violência sexual não é considerada uma violação dos direitos humanos individuais, mas transgressões aos costumes sexuais coletivos.

Segundo a ABRAPIA (1992) – Associação Brasileira de Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência:

Abuso sexual é a situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma

relação de poder, incluindo desde manipulação da genitália, mama ou anos, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência.

São considerados tipos de abuso aqueles nos quais não há contato físico, como por exemplo: Assédios sexuais caracterizados por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada ou ameaçada pelo agressor; Abuso sexual verbal, definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou chocá-los; telefonemas obscenos, a maioria deles é feita por adultos, especialmente do sexo masculino. Eles podem gerar muita ansiedade na criança, no adolescente e na família; apresentação forçada de imagens pornográficas onde a vítima é exposta às imagens de cunho pornográfico. A tentativa do abusador é tentar obter alguma vantagem sexual; exibicionismo é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar em frente a crianças e adolescentes ou dentro do campo de visão deles. A intenção, neste caso, é chocar a vítima. A experiência pode ser assustadora para as crianças e os adolescentes; voyeurismo é a excitação sexual conseguida mediante a visualização dos órgãos genitais da criança e do adolescente. A experiência pode perturbar e assustar a criança e o adolescente.

Também há os abusos com contato físico, como por exemplo: Atentado violento ao pudor que consiste em constranger alguém a praticar atos libidinosos, utilizando violência grave ou ameaça. Aqui, seria forçar a criança ou o adolescente a praticar tais atos ou forçá-los a permitir a prática de tais atos. Eles podem ser masturbações e/ou toque em partes íntimas, sexo anal e oral. Dessa categoria devem fazer parte todos os tipos e formas de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes do sexo masculino, que incluam penetração. Quando praticados contra mulheres de qualquer idade com penetração vaginal é denominado

estupro; estupro É, do ponto de vista legal, a prática sexual em que ocorre penetração vaginal com uso de violência ou grave ameaça. É considerado crime hediondo, inafiançável, devendo a pena ser cumprida em regime fechado.

Importante destacarmos que há conceitos que devem ser esclarecidos quanto ao seu significado no que se refere ao código penal. São eles: estupro e atentado violento ao pudor. O primeiro refere-se a um crime no qual o agressor só pode ser um homem, que constrange a mulher a fim de obter relação sexual vaginal. Enquanto que o atentado violento ao pudor refere-se a um crime comum, no qual qualquer gênero pode se configurar como agressor ou vítima, assim como pode envolver ato sexual diverso (sexo oral, anal, etc.).

A maioria das mudanças legislativas está concentrada no Código Penal (2000) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2000). Atualmente têm ocorrido modificações em relação ao tratamento de abuso sexual. A primeira sugestão é a alteração do conceito de "crimes contra os costumes", presente no Código Penal, para "crimes sexuais". É que o Código Penal ainda trata essa questão a partir do aspecto moral. A intenção é trazer uma visão mais moderna: a do direito a um desenvolvimento sexual saudável para todas as crianças e adolescentes.

Outro ponto importante é o tratamento mais amplo para os crimes sexuais. Segundo o Código Penal, o estupro, por exemplo, é um delito cometido apenas contra as mulheres. A proposta da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) classifica o estupro e o atentado violento ao pudor como um único tipo penal, um crime contra as pessoas, e não somente contra as mulheres. A idéia é que seja possível punir também, de forma mais severa, as agressões contra os meninos. Importante destacarmos que a mulher pode sim ser tão culpada quanto o homem. Ela pode ser configurada como co-autora. Como a relação homem e mulher é considerada natural e normal, se um adolescente do sexo masculino for forçado a ter

relação anal, só poderá ser protegido com base em dois tipos de penas: atentado violento ao pudor e corrupção de menores.

Também faz parte do rol de mudanças sugeridas a instituição da ação penal pública para todos os crimes sexuais. Hoje, apenas é possível iniciar uma investigação quando existe uma queixa privada. O problema é que a grande maioria dos casos de violência sexual é cometida por alguém da própria família da criança, impedindo que o fato venha à tona. E a alteração no Código Penal abre espaço para que o Ministério Público apresente a denúncia independentemente de ter havido uma reclamação por parte da vítima ou de alguém de sua família.

Segundo Dobke (2001), o abuso sexual infantil pode ser extrafamiliar ou intrafamiliar. No primeiro, o abusador não é membro da família da criança e, no intrafamiliar, a prática ocorre no âmbito familiar; no qual o abusador é membro da família da criança. Porém, segundo a autora, em ambos os casos a criança é utilizada pelo adulto, num verdadeiro processo de coisificação sexual da criança, para suprir suas carências.

A palavra incesto deriva do latim “incestus”, que significa impuro, manchado, não casto. Definido, de forma geral, como uma coação exercida por um adulto ligado à criança por laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, com a finalidade de levá-la a participar de práticas eróticas. Azevedo e Guerra (2000) fazem a separação entre o incesto propriamente dito e os menos graves, que são aqueles cometidos entre parentes afins, sobrinhos, cunhados e outros, assim como a separação dos incestos consangüíneos das outras formas de relações incestuosas: os para-incestos, que são aqueles nos quais as pessoas poderiam ser consideradas parentes, como, por exemplo, entre o amante da mãe com a filha desta, ou entre filhos que moram juntos mas que têm pais diferentes; e os incestos polimorfos, os quais alguém se aproveita do cargo ou função que exerce para se impor sexualmente a um

subalterno, considerado como equivalente do incesto por envolver o poder do mais forte sobre o mais fraco.

Importante ser considerado na definição de abuso sexual a relatividade cultural, pois o que pode ser considerado abuso para uma determinada sociedade pode não o ser para uma outra. Questões relacionadas ao abuso sexual infantil já são em si mesmas difíceis de serem discutidas. Que pode se agrava se os profissionais não estiverem bem treinados e integrados em todo o contexto, familiar e profissional.

1.2. Como surgiu o conceito de infância

Etimologicamente infância refere-se ao período de crescimento no ser humano, que vai do nascimento à puberdade.

A infância que conhecemos não é um dado atemporal, é uma invenção da Modernidade que ganha espaço nos séculos XVII para o XVIII, quando passa ser definida como um período de ingenuidade e fragilidade do ser humano, que deve receber incentivos possíveis para sua felicidade. Nos fins da Idade Média, tem como marca o ato de mimar e paparicar as crianças, vistas como meio de entretenimento dos adultos (especialmente da elite). A morte também passa a ser recebida com dor e abatimento. Já no século XVII, as perspectivas transitam para o campo da moral, sob forte influência de um movimento promovido por Igrejas, leis e pelo Estado, onde a educação ganha terreno: trata-se de um instrumento que surge para colocar a criança "em seu devido lugar", assim como se fez com os loucos, as prostitutas e os pobres. Embora com uma função disciplinadora, a escola não nasce com uma definição de idade específica para a criança ingressá-la. Isto porque os referenciais não eram o envelhecimento (ou amadurecimento) do corpo. A ciência moderna ainda não havia triunfado e educação nascia, portanto, com uma função prática, ora de

disciplinar, ora de proporcionar conhecimentos técnicos, que posteriormente configuram uma escola para a elite e outra para o povo.

Estudos históricos mostram que até o início dos tempos modernos, a criança não era vista como sendo diferente do adulto, sempre calada, não merecendo ser ouvida, mas vivenciando e assistindo o mundo no qual ela não era considerada protagonista. Curiosamente se verifica que essa concepção está relacionada com o significado etimológico da palavra. “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”.(Ariès, 1981, p. 156). Ela era tratada sem distinção do mundo adulto, sendo representada em obras de arte como um homem ou mulher em miniatura. Segundo Ariès (1981), após os sete anos de idade a criança passava a usar roupas iguais à dos adultos e a ser tratada como tal. Conforme ressalta Ariès (1981 p.56): “Dessas duas idéias, uma nos parece arcaica: temos hoje, assim como no fim do século XIX, uma tendência a separar o mundo das crianças do mundo dos adultos. A outra idéia, ao contrário, anuncia o sentimento moderno da infância”.

O tratamento dado às crianças e as concepções relacionadas a elas estão intimamente ligados às práticas e hábitos culturais da sociedade ao longo da história. Por volta do século XIII, a criança era pública e considerada como a parte da família que garantia sua continuidade. No momento do nascimento, apesar de o parto acontecer em casa, este era assistido por várias mulheres das proximidades, o que o tornava um ato público. Quando a criança começava a caminhar, devia dar seus primeiros passos em um local público, para que fosse assistido por outros, pois era a forma de garantir a continuidade da família.

Após o período de amamentação, a criança entrava no período da primeira infância. O papel dos pais era importante nessa primeira educação, a época das aprendizagens: do espaço

da casa, da aldeia, das redondezas, do brinquedo da relação com outras crianças, das técnicas do corpo, das regras de participação na comunidade, das coisas da vida. A criança era um produto da coletividade sendo preparado para desempenhar o papel que essa coletividade esperava.

Segundo Ariès (1981), existiram duas posições distintas em relação à infância: uma concebe a criança como ser ingênuo, que necessita de mimos, e outra que alega que a criança necessita moralização e educação. Os mimos, recebidos em casa, eram vistos como causadores de muitas fraquezas. Para combater essa educação privada, a Igreja e o Estado resolveram tomar o encargo educativo. Ou seja, o poder político e religioso, como poderes públicos, passaram a interferir diretamente na vida privada das famílias, que aceitou a intromissão, por acreditar não serem capazes de dar a formação adequada aos seus filhos.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. Apesar das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderam até nossos dias, a ao qual se dá o nome de escolarização (Ariès, 1981, p.11).

O surgimento de sentimento de infância associa-se ao fortalecimento da família. A partir do século XIII, a família conjugal formada por poucos integrantes, se fortalece. Isso se deve, principalmente, ao surgimento de novas formas de economia monetária, ressurgimento das trocas comerciais, ao fortalecimento do poder real bem como à efetividade da segurança pública. Esse conjunto de fatores possibilitou o desenvolvimento de uma família composta de menos integrantes que podia voltar os seus olhos para as crianças. Assim, o surgimento de

uma família reduzida gera um sentimento de proteção, cuidado e atenção à criança. A partir da família conjugal, os seus membros estariam voltados para si e não mais para um agrupamento maior.

Ariès identifica várias "descobertas" da infância: nos séculos VI a VII, nos séculos XII a XIV, nos séculos XVI e XVII, no século XVIII e início do XIX, e no final do XIX e início do XX. A história da infância move-se por "linhas sinuosas", de modo que a criança pode ter sido considerada impura no início do século XX, como o fora na Alta Idade Média. Se há uma mudança de longo prazo em que a progressiva aceitação da necessidade de uma educação escolar prolonga a infância e a adolescência, se há um interesse crescente e uma imagem cada vez mais positiva da infância, os debates assumem uma forma cíclica e não linear. A ambigüidade, nos diferentes momentos, polariza a criança entre a impureza e a inocência, entre as características inatas e as adquiridas, entre a independência e a dependência, entre meninos e meninas.

Segundo Postman, a infância é “A invenção mais humanitária da modernidade. Ao lado da ciência, do estado - nação e da liberdade religiosa, a infância como estrutura social e como condição psicológica, surgiu por volta do século dezesseis e chegou refinada e fortalecida aos nossos dias”. (Postman, 1999, p.11).

Nem todos historiadores concordam com a perspectiva da negação da infância na pré – modernidade e criticam a tese da invenção da infância como categoria cultural, Pollock, (Apud, Corazza, 2002, p.86), afirma que existia um conceito de infância no século XVI, que pode ter se desenvolvido melhor nos séculos posteriores, mas eram feitas distinções entre o mundo adulto e o da infância, na qual eram reconhecidas as fases de desenvolvimento das crianças.

Já outros historiadores como Demos (Apud, Corazza, 2002, p.91), concordam com Ariès, (1981) que não existia o conceito de infância, mas discorda de quanto a época em que

tal conceito tornou-se conhecido (século XVII), sugere que, talvez neste período, pudesse ter existido algum reconhecimento da infância como uma etapa diferente da vida adulta.

Hoyles, (Apud, Corazza, 2002, p.94), argumenta que a infância é uma convenção social e não um estado natural e que tanto esta quanto a família nuclear são invenções recentes que datam do século XVII. Porém, acrescenta que, mesmo depois do aparecimento do conceito de infância, acompanhado pela idéia da responsabilidade dos pais em melhorar os cuidados físicos e morais dispensados aos filhos, este grupo constituído como infância prossegue sendo um dos principais grupos oprimidos, por sua natureza imputada de subserviência e dependência.

Hunt, (Apud, Corazza, 2002, p.107), confirma a tese principal de Ariès, concluindo que a criança do período pré – moderno era vista como sendo inferior aos adultos, e que desde os quatro ao sete anos, participava totalmente da vida adulta.

Segundo Postman a infância iniciou no período da Renascença, quando a invenção da tipografia revolucionou a sociedade, criando com a palavra impressa um novo limite entre quem sabia e não sabia ler. A educação passou a ser necessária, as escolas se multiplicaram, surgiu um conceito de desenvolvimento infantil e de aprendizagem por etapas. Uma cultura jovem começou a existir e a ser respeitada como tal, distinguindo a criança do adulto no vestuário, na linguagem, nas atitudes, desejos e atividades. Assim a infância ganhou visibilidade. Mas, ao mesmo tempo, assim se plantavam as sementes que hoje a ameaçam.

O processo de desaparecimento da infância teve como principal fonte de contribuição a informação eletrônica. Entre 1850 e 1950, o telégrafo, o rádio, o cinema e principalmente a TV começaram a desmontar as bases da infância, tirando do lar e da escola o controle da informação e o modo de a criança assimilá-la na aprendizagem por etapas. Isso representou um poderoso ataque à linguagem e à leitura, porque as pessoas não lêem TV, vêem, o que

torna insignificante a educação letrada, base da distinção entre adultos e crianças. A TV precisa oferecer uma variedade inesgotável de assuntos. Não guarda segredos de espécie alguma, o que resulta na impossibilidade de proteger a criança. Nunca ela soube tanto da vida adulta como agora. E isso significa que está sendo expulsa do jardim da infância, enquanto o adulto se infantiliza. Porque a TV não exige habilidades nem incentiva o intelecto.

Postman (1999), no decorrer de seu livro *O desaparecimento da infância*, busca o significado da infância, longe de expressar apenas uma fase biológica do desenvolvimento humano, segundo o autor, seu significado encontra-se moldado na esfera da cultura. A infância com suas distinções face à vida adulta é um produto cultural, histórico e passível de transformações. Nesta linha de argumentação, a base material para o surgimento da infância e também para o seu declínio está articulada às mudanças nas tecnologias de comunicação, uma vez que esses meios tecnológicos disponíveis passam a modificar a nossa própria estrutura de interesses, a esfera simbólica e o contexto no qual pensamos. Ou seja, a medida que nós consumimos livros, jornais, rádio e televisão (a Internet não entrou nas referências do autor), estamos nos adequando às possibilidades dadas pela comunicação e, simultaneamente, transformando a nossa consciência, nossa forma de pensar.

Tanto para Postman (1999), quanto para Ariès (1978), a escolaridade tornou o diferencial na Renascença, assim o “ser criança” estava vinculado ao saber ler e compreender os códigos da linguagem. Dessa forma a leitura tornou-se fator que diferenciava criança e adulto.

Uma mesma sociedade, em seu tempo, comportará a partir de sua constituição sócio - econômica e cultural, diferentes infâncias sendo cada qual, a partir do lugar social que ocupa ou na verdade nem ocupava, seja como objeto de intervenção dos adultos, seja no sentido do

enquadramento social, adaptando-a ao mundo, seja projetando na infância uma nova sociedade, seja conciliando estes dois modos.

O presente trabalho mostra uma variedade de definições de abuso sexual. Com base nessa variedade também é possível percebermos que as punições legais sofrem diferenciações. Da mesma forma podemos observar que a definição e o referencial de infância sofreu mudanças ao longo do tempo.

Poucos autores estudaram profundamente o tema como Ariès e Postman. Porém, é importante lembrarmos que esses autores estavam inseridos em um momento histórico que é diferente do atual. Percebe-se hoje que a infância não tem um início claro, cada vez mais as crianças “amadurecem” mais cedo e isso pode ser percebido pelo comportamento das crianças, formas de se relacionarem, de se vestirem, locais que freqüentam.

O inverso também ocorre, não sabemos mais quando esse período de infância termina, pois encontramos hoje muitos adolescentes e porque não adultos se comportando de forma infantilizada. Enfim, essa confusão de papéis dificulta o entendimento de infância atualmente.

Importante refletirmos se de fato há o desaparecimento da infância, como alguns autores mencionam, visto que muitas leis são formuladas, assim como estatutos como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o intuito de defenderem essa classe (crianças). Esses meios possibilitam proteção e segurança as crianças vítimas de abusos e violências.

1.3. A invenção da família

Segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1959), família significa: “S.f. Marido, mulher e filhos; pessoas do mesmo sangue; conjunto das pessoas que vivem na mesma casa; descendência; linhagem; estirpe, raça.”

Segundo Ferrari e Vecina (2002), o conceito de família sofreu mudanças ao longo dos anos. Num primeiro momento a família tinha como responsabilidade somente a transmissão da vida, mais tarde, esse sistema passou a valorizar aspectos como a intimidade e a necessidade de uma identidade para esse grupo de pessoas que viviam num mesmo ambiente. A transmissão de valores e conhecimentos tornou-se mais presente. A família pode ser definida hoje como uma instituição que ocupa um lugar intermediário entre o indivíduo e a sociedade, que apresenta como características uma organização e dinâmicas próprias.

Segundo as mesmas autoras a família representa o primeiro grupo de suporte para a criança, no qual terá as primeiras vivências quanto a percepção e aprendizado emocional. A dinâmica familiar apresenta diversos elementos em sua comunicação que podem estar manifestos ou latentes.

Ariès menciona em sua obra *história social da criança e da família* (1981), que todas as relações entre os séculos XV e XVI eram misturadas, não havia sequer uma separação entre vida íntima e social, o próprio ambiente físico do lar, onde muitas pessoas circulavam e os cômodos eram comuns, impossibilitava muitas vezes a intimidade de casais e troca de afeto entre pais e filhos e entre os irmãos.

Segundo o mesmo autor, as mudanças de papéis que a família passa a configurar coincidem com um novo significado que é dado à criança, a de um sujeito que necessita de cuidado e proteção da família e que deve ser mantida num ambiente separado do adulto, ou

seja, não participar e nem se envolver com assuntos que eram dirigidos especificamente aos adultos, como por exemplo trabalho e jogos.

A família sofreu grande influência do catolicismo, o sentimento de religiosidade torna-se presente gerando como modelo para os membros desse sistema a vivência de “Sagrada Família”. Outros fatores que contribuíram também para as mudanças no sistema familiar foram a Revolução Industrial e o capitalismo, com esses acontecimentos a família passa a ter como função proteger seus membros de um mundo ameaçador e competitivo. Com isso, os laços afetivos entre pais e filhos se intensificam (Ariès, 1981).

Segundo Ariès (1981), nesse mesmo período as questões relativas ao corpo como o toque e a masturbação ganharam importância no sentido de que agora os pais inspecionavam manifestações corporais de seus filhos, no sentido de suprimir os desejos sexuais da criança.

A família atual tornou-se muito individualista, encontra-se mais concentrada e atenta a detalhes em relação a educação dos filhos e com isso buscam de todas as formas meios que garantam o sucesso profissional e social que desejam aos seus filhos.

Os termos criança e família estão intimamente ligados. Ao falarmos de um automaticamente falamos do outro. Como foi discutido o significado de ambos passou por modificações ao longo do tempo. A criança no momento em que se torna um sujeito que necessita de cuidados e proteção gera com isso uma reorganização no sistema familiar e na sua dinâmica e a necessidade de privacidade para os membros desse sistema e com isso o afeto entre marido e mulher e pais e filhos ganha importância tanto para a manutenção da família como para um desenvolvimento satisfatório da criança.

CAPÍTULO 2: CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS

2.1. Consequências - Sinais apresentados por crianças vítimas de abuso

Segundo Ferrari e Vecina (2002), a violência intrafamiliar implica em uma compreensão histórico-psicossocial do indivíduo e da família, ou seja, como ocorrem as relações pai/mãe/filhos (as) e a forma de relacionamento entre esses membros. Dessa forma se a violência intrafamiliar é construída histórica, psicológica e socialmente, é impossível apontar uma única causa. É necessário observar características pessoais e circunstanciais dos membros envolvidos. Os reflexos do abuso podem ser notados tanto no presente como no futuro

Segundo as mesmas autoras citadas anteriormente, em famílias onde ocorre abuso sexual observa atitudes erotizadas e ambíguas às quais crianças e adolescentes podem estar aprisionados. Em muitos casos essa é única forma de contato físico vivido pelos membros envolvidos no abuso.

Amor, sexo, carinho e humilhação são vividos de forma ambígua, com desrespeito às necessidades e ao desenvolvimento da criança. Cuidado, orientação e proteção, expectativas de papéis a serem cumpridos pelos adultos são trocados por atitudes de posse e invasão ao corpo da criança e do adolescente.(Ferrari & Vecina, 2002, pp. 76-77).

Summit (1983), descreve mecanismos utilizados pela criança vítima de abuso. Um deles seria o uso ou descoberta de estados alterados de consciência. Outra forma de normalizar é fingir que a parte de baixo do corpo não existe no momento em que ocorre a ação.

Segundo Ferrari e Vecina (2002), as consequências da violência são diversas e dependem: da idade da pessoa agredida e da que agride; do tipo de relação entre eles; da personalidade da

vítima; da duração e da frequência da agressão; do tipo e da gravidade do ato e; da reação do ambiente. Consequências a curto prazo: problemas físicos; problemas no desenvolvimento das relações de apego e afeto; desenvolve reações de evitação e resistência ao apego; depressão e diminuição da auto-estima; distúrbios de conduta; alterações no desenvolvimento cognitivo; má percepção de si próprio; dificuldades na compreensão e aceitação das emoções do outro. Consequências a longo prazo: seqüelas físicas; chances de serem pais abusadores no futuro; conduta deliquêncial e comportamentos suicidas na adolescência; pode gerar conduta criminal violenta.

Para Furniss (1993), o dano psicológico pode estar relacionado aos seguintes itens: a idade do início do abuso; a duração do mesmo; o grau de violência ou ameaça; a diferença de idade entre quem comete o abuso e a vítima; quão estreitamente era a relação da pessoa que cometeu o abuso com a pessoa que sofreu o abuso; a ausência de figuras parentais protetoras e o grau de segredo.

Segundo Silva (1998), a criança que sofreu ou sofre abuso apresenta alguns sinais, tais como: comportamento submisso, agressividade, pouco sociáveis, comportamento pseudomaduro, insinuação de atividade sexual, brincadeiras sexuais persistentes, chegam cedo a escola e saem tarde da mesma, incapacidade de concentração na escola e queda do rendimento, medo de pessoas do mesmo sexo do agressor, comportamento aparentemente sedutor com pessoas do mesmo sexo do agressor, fuga de casa, alterações no sono, auto-mutilação, alterações na personalidade, transtorno de estresse pós traumático.

2.2. Sofrimento

Para Dobke (2001) e Furniss (2002), o abuso sexual apresenta danos primários, ou seja, causados pelas etapas do abuso – fase de sedução, da interação sexual abusiva e do segredo – e secundários, causados por fatores diversos e subseqüentes ao abuso – estigmatização social; traumatização secundária no processo interdisciplinar; traumatização secundária no processo família-profissional; traumatização secundária no processo familiar; no processo individual.

A traumatização secundária refere-se segundo Furniss (2002), a estigmatização que a criança abusada e a família podem sofrer socialmente. Assim como o conflito entre os sistemas legais e as necessidades psicológicas da criança e de proteção, pois o sistema legal ainda não se adaptou completamente aos aspectos dos direitos humanos da criança. A intervenção profissional pode acarretar sofrimento tanto a criança como a família, visto que os procedimentos empregados não alcançam os objetivos esperados e dessa forma interação e vínculo criança – terapeuta e família- terapeuta ficam prejudicadas. A criança abusada pode ser vista por seus familiares como bode expiatório e com isso, punida e castigada e acusada por todos os problemas familiares. A vulnerabilidade da criança pode favorecer novos ciclos de abusos.

Segundo Furniss (1993), crianças que sofrem abuso prolongado freqüentemente podem expressar sentimento de culpa. Sua origem deve-se ao seu senso equivocado de responsabilidade, que ela deriva do fato de ter sido participante no abuso. Tal confusão muitas vezes tem como contribuição as ameaças de quem cometeu o abuso, que na maioria das vezes a responsabiliza pelas conseqüências que podem ser geradas caso seja revelado o abuso.

No caso de meninos que sofreram abuso sexual, eles podem apresentar dúvidas quanto à sexualidade, sentindo-se muitas vezes fora do padrão estabelecido socialmente, no qual o homem tem de se defender e de que sempre são capazes de evitarem agressões de qualquer natureza. Sem contar que a mídia sempre os aponta como agressores e não como possíveis vítimas (Abrapia, 2002).

Com base no trabalho de Silva (1998), será discutido como os sinais mencionados pela autora geram sofrimento a criança vítima de abuso sexual. Um desses sinais é o comportamento submisso, no qual a criança sofre manipulação em todos os aspectos de sua vida, o que a impossibilita de tomar suas próprias decisões e tornar-se independente.

A agressividade e pouca socialização ocorrem pela tentativa que a criança faz de sinalizar que algo está errado e muitas vezes não ser escutada por aqueles que são próximos a ela gera descrédito e mais frustração na criança.

O comportamento pseudomaduro da realidade serve como uma fachada. Uma introdução prematura ao sexo cria uma aparência exterior sofisticada, que esconde uma criança amedrontada e insegura.

A insinuação de atividade sexual pode ocorrer sem uma explicação direta do que aconteceu como, por exemplo, no caso de um programa de televisão no qual é exibida uma cena onde um homem mais velho se insinua a uma menina bem mais jovem e a criança comenta que o homem que aparece no programa lembre o membro da família que abusa da criança. Também podem ocorrer com frequência as brincadeiras sexuais persistentes. Crianças que foram erotizadas prematuramente tornam-se mais concentradas em atividades sexuais, muitas se masturbam continua e freqüentemente sozinhas ou em público. Quando há

restrições de adultos quanto a masturbação muitas crianças podem utilizar objetos dentro de suas roupas a fim de obterem a mesma sensação que a masturbação provoca.

Vítimas de incesto freqüentemente chegam cedo à escola e saem tarde da mesma. Uma intenção de manterem-se afastados de seus lares, já que esse local não representa segurança a elas. A escola, portanto, torna-se um local de refugio. Freqüentemente crianças vítimas de incesto tem restrição de seus responsáveis de terem amizades fora do ambiente escolar. Apesar dessas crianças tentarem ter amizades na escola apresentam dificuldades para criarem vínculos.

Crianças vítimas de abuso sexual podem apresentar dificuldades de concentração e queda no rendimento escolar por estarem emocionalmente sobrecarregadas, antecipando o próximo encontro, criando formas para fugir deles e preocupadas com as tensões familiares.

A criança que apresenta um comportamento aparentemente sedutor pode sofrer uma série de outros problemas. Ao relatar o abuso, a vítima sendo uma adolescente pode ser culpada por ter seduzido o agressor. Podem também transferir esse comportamento para relacionamentos com outras pessoas, o que pode gerar uma nova agressão sexual.

Nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete o abuso satisfaz seu próprio desejo sexual em resposta a necessidade da criança de cuidado emocional. (Furniss, 1993, p.21).

A fuga de casa pode ocorrer na adolescência, momento em que se encontram desesperadas, sem alternativas e sem confiança em um adulto. Normalmente o real motivo da fuga não é revelado, a não ser que um adulto sensível e que transmita confiança a adolescente tenha possibilidade de um relacionamento que favoreça a revelação de tal ação.

O distúrbio de sono também pode ser um sinal apresentado pela criança que sofreu abuso sexual. Essas crianças frequentemente têm pesadelos noturnos, podem permanecer acordadas e hipervigilantes, antecipando um próximo ataque. Quando conseguem dormir seu sono é inquieto e acordam cansadas, prejudicando o desenvolvimento de suas atividades durante o dia. Dormir em excesso também pode ser um sinal, no qual a criança evita a realidade no sono.

Auto-mutilação é na maior parte das vezes praticada por crianças mais velhas, adolescentes. Esse tipo de comportamento pode ser abordado de diferentes ângulos, muitas vítimas encontram-se deprimidas e com baixa auto-estima, ao ferir o próprio corpo fazem uma tentativa de torná-los menos sedutores; tentam apagar a lembrança do abuso provocando dor; pode ser considerado também uma auto-punição, por sentirem-se muitas vezes culpadas pelo abuso.

Segundo Flores e Caminha (1994 apud Amazarray & Koller, 2005), o Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT) apresenta as seguintes manifestações: reexperimentação dos fenômenos (lembranças intrusas, sonhos traumáticos, jogos repetitivos, comportamento de reconstituição, angústia nas lembranças traumáticas); evitação psicológica (fuga de sentimentos, pensamentos, locais e situações, interesse reduzido em atividades habituais, sentimento de estar sozinho, embotamento afetivo, transtorno de memória, perda de habilidades já adquiridas, alteração na orientação com respeito ao futuro); estado de excitação aumentado (transtorno do sono, irritabilidade, raiva, dificuldade de concentração, hipervigilância, resposta exagerada de sobressalto e resposta autônoma a lembranças traumáticas).

A dissociação também é um mecanismo presente em vítimas de abuso sexual, segundo Furniss (1993), permite que a criança não perceba a realidade como realidade de abuso.

Assim, no momento em que ocorre o ato sexual a criança pode ter a sensação de não pertencer ao seu corpo ou que seus membros inferiores não fazem parte dela naquele momento.

Segundo Gabel (1997), a criança percebe o seu corpo como profanado; há perda de integridade física; sensações novas foram despertadas, mas não integradas. A criança exprime a angústia de que algo se quebrou no interior de seu corpo. Queixas somáticas como mal-estar difuso, impressão de alteração física, persistência das sensações que lhe foram impingidas e dores nos ossos são freqüentes. Podem ocorrer crises de falta de ar, desmaios, problemas relacionados à alimentação, como náuseas, vômitos, anorexia ou bulimia, que poderão assumir, posteriormente, o significado de recusa da feminilidade e a destruição do corpo (mutilação). À repugnância de si mesma pode se acrescentar rituais de “se lavar”, dermatoses provocadas por lesões conseqüentes do ato de se coçar, que podem levar até ao sangramento, sendo uma forma de pertencimento do corpo pela excitação, pelo prazer e sofrimento.

Os sofrimentos aqui descritos estão relacionados a identidade do sujeito que sofreu o abuso, a forma como ele se vê e significa o que ocorreu. Segundo Madanes (1997), problemas trazidos na terapia têm como questões o amor, proteger e ajudar o outro, ou intrometer, dominar e controlar, provocando dano e abuso. Em muitos momentos a violência pode ter a função de obter amor. Essa linha divisória torna-se então muito tênue. “O desejo de ser amado e apreciado pode externar as melhores qualidades da pessoa, mas, também, pode resultar em irracionalidade, prejuízo e egoísmo” (Madanes, 1997, p.25).

A criança vitimizada possui um sentimento ambíguo em relação ao pai (quando ocorre incesto). Ao mesmo tempo em que sente amor por aquele que chama de pai, sente raiva, pois o mesmo infringe sofrimento, invadiu um espaço que ele muitas vezes pouco conhecia, seu corpo. Como conseqüência fica marcada para essa criança que para obter amor precisa sentir dor, tanto física como psicológica.

Em alguns casos percebe-se que a criança que foi abusada envolve-se no futuro com outra pessoa que pode vir a abusar novamente dela ou infringir algum outro tipo de violência que não seja sexual. É uma reprodução do que esse sujeito entende como amor. É o modelo que ele possui e carrega na sua história.

2.3. Perpetuação da violência

Segundo Ferrari e Vecina (2002), constata-se que é comum a alternância do protagonista em dois lugares que correspondem a dois papéis: o de agressor e o de vítima. Papéis que aprisionam o sujeito, que o impossibilita desenvolver outros papéis.

Ray Wyre (1996), sugere que para entender por que algumas vítimas de abuso sexual passam a ser autores do mesmo ato, é preciso prestar atenção ao tipo de abusador, à relação dele com a criança e a experiência da criança com o abuso.

Sanderson (2005), em sua obra sugere que pesquisas demonstram que fantasia – masturbação – orgasmo com base em fantasias sexuais depravadas aumenta a possibilidade de evoluir para abusos de contato sexual que vence inibidores internos e contribui para a repetição dos abusos.

Finkelhor (1984), em sua obra descreve algumas condições que levam o indivíduo a cometer abuso sexual infantil, são elas: motivação, inibições internas, inibições externas e resistência.

A motivação é o estágio do pensamento, ou desejo de abusar sexualmente de uma criança. O abusador quer satisfazer uma necessidade emocional. Existe uma “adequação”, entre as necessidades emocionais do adulto e as características da criança, no qual muitas vezes o nível psicosssexual de desenvolvimento da criança. Por vezes isso se deve a baixa

auto-estima do abusador e a criança pode gerar uma sensação de superioridade e poder no adulto.

Esse adulto encontra-se de alguma forma bloqueado em sua capacidade de estabelecer relações com pessoas da sua faixa etária. Esse adulto pode também ter ausência de fonte de gratificação que seja tão satisfatória quanto a criança, talvez por conta de pouca habilidade social ou relacionamentos adultos insatisfatórios.

A superação dos inibidores internos é caracterizada pelo ato de o abusador dar a si mesmo a permissão para realizar o abuso. Embora a maior parte das pessoas tenha alguns tabus e preconceitos relativos ao abuso sexual de crianças, a maioria dos abusadores não as tem ou consegue superá-las.

A permissão para o abuso pode ser obtida quando os abusadores convencem a si próprios que o que desejam fazer não é prejudicial à criança. Também podem ocorrer pensamentos nos quais a culpa não é dele, mas sim, da criança por ser precoce ou sedutora. Tais processos de pensamento distorcido ou o uso de drogas ou álcool não causam o abuso sexual, mas atuam como desinibidores que permitem que a violência aconteça. E ambos são comumente utilizados quando o abuso é descoberto.

A superação de inibidores externos, leva em conta o ambiente externo, que pode criar oportunidade para o abuso ou impedir que aconteça. Esses fatores incluem a família, vizinhos, colegas, proibições da sociedade e o quanto a criança é supervisionada.

O abusador precisa planejar a situação na qual vai realizar o abuso e criar a oportunidade de ficar sozinho com a criança. Isso exige um grau de planejamento futuro, boa noção de momento e habilidades manipuladoras para assegurar um ambiente

externo ideal para violentar sexualmente a criança sem interrupções imprevistas. (Sanderson, 2005,p.70).

A superação da resistência da criança é outra pré-condição que necessita ser superada para que possibilite o abuso sexual de fato. O abusador procura analisar quais fatores tornam as crianças vulneráveis, ou seja, emocional e psicologicamente carentes ou inseguras, com uma rede de amigos e suporte familiar que fornecem pouco apoio. Uma criança que se mostra confiante pode transmitir mensagens que inibam a tentativa do abuso. Porém, não podemos desconsiderar quem sempre existe a possibilidade de ela ser vencida por coerção ou manipulação e violência.

Williams e Finkelhor (1990), descrevem cinco tipos de pais incestuosos: os sexualmente preocupados, os regridem a adolescência, os que buscam um instrumento auto-satisfação, os emocionalmente dependentes e os vingativos raivosos.

Os sexualmente preocupados têm como característica um interesse sexual obsessivo pelas (os) filhas (os), às vezes desde o nascimento. Os que regridem à adolescência são aqueles que só se tornaram interessados por suas (seus) filhas (os) quando essas (esses) entram na puberdade. Para esses pais incestuosos o foco é a mudança corporal da criança. Os que buscam um instrumento de auto-satisfação, para esses abusadores a criança é um mero veículo ou receptáculo para sua auto-satisfação. Com frequência esses pais sentem-se culpados e preocupados com qualquer mal que pudessem ter causado. Para dissipar a culpa, racionalizam considerando que a filha (o) no momento do abuso encontrava-se excitada (o). Os emocionalmente dependentes se vêem fracassados, solitários, carentes e deprimidos. Pelo fato de se considerarem incompetentes, voltavam-se para as (os) filhas (os) não pela sexualidade, mas pela necessidade de um relacionamento íntimo. Primeiro buscavam a proximidade, companhia e amizade e mais tarde tornam-se sexualizadas. Os vingativos

raivosos abusam das (os) filhas (os) mais por raiva do que por desejo sexual. Raiva pela criança exigir atenção constante da mãe ou raiva da mãe por não dar mais atenção a esse pai.

Independente do gênero do abusador é importante estarmos atentos que há vários fatores que podem influenciar o abuso sexual e sua perpetuação. Alguns fatores mencionam, porém, a existência de uma série de variáveis das quais pouco conhecemos e que necessitam mais pesquisas.

CAPÍTULO 3: A FAMÍLIA E A REDE PROFISSIONAL

3.1. O abuso sexual na família

Segundo Ferrari e Vecina (2002), ocorreram muitas transformações na dinâmica familiar de tempos em tempos. Hoje, esse sistema compartilha circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e, também afetivas.

Quando as relações se desorganizam há o prejuízo na circulação dos conteúdos pertinentes a esse grupo, conteúdos como por exemplo a violência. Dessa forma, a família fica impossibilitada de promover mudanças e um padrão repetitivo se consolida. As trocas afetivas empobrecem e os membros da família ficam identificados com determinadas características (o bonzinho e o agressivo).

Em famílias que possuem uma dinâmica de abuso ou violência, frequentemente observa-se que os lugares ocupados pela vítima e pelo agente da agressão são mantidos por muito tempo. O poder também é delegado a um determinado membro e a outro não, logo, a pessoa a quem é delegado o poder está carregando e expressando a violência que faz parte desse sistema. É a forma de “equilíbrio” dessa família.

As mesmas autoras mencionam também que nas famílias abusivas há dificuldades em reconhecer e respeitar limites. Tais situações podem ser identificadas pelo abuso de poder, onde o abusador o exerce de forma arbitrária em relação às pessoas e bens materiais da família. A omissão no exercício da função também é observada nessas famílias, que pode se dar tanto pelo pai como pela mãe. Nesse contexto familiar muitas vezes a mãe fica no lugar da que não sabe ou não pode fazer nada em relação ao abuso. Quando o abusador é o pai biológico pode gerar nessa mãe receio e dúvidas em relação aos seus direitos e como se defender e defender seus filhos. Assim como uma ambigüidade de sentimentos em relação ao seu parceiro que é o agente do abuso, como em relação ao seu filho, que passa a ocupar o papel de companheiro(a) sexual do parceiro. Essa família também pode apresentar confusão ou inversão de papéis, crianças desempenham atividades de adultos e os pais agem de forma infantilizada.

Segundo Furniss (2002), pais de famílias com histórico de abuso prolongado freqüentemente parecem ser emocionalmente imaturos e dependentes de suas esposas. E são pouco capazes de lidarem com situações como independência emocional, autonomia, divórcio.

O papel da mãe nesse contexto também deve ser discutido. Em famílias rígidas e moralistas apresentam mães que cuidam perfeitamente de seus filhos. Porém, essa relação mãe-criança é abalada quando essas crianças tentam indicar a ocorrência do abuso sexual. Essas mães normalmente desconsideram ou desqualificam o que é dito, embora possam tomar medidas para desmentir as alegações. Algumas crianças não se sentem próximas das mães, e com isso, voltam-se para o pai em busca de cuidado, porém esses pais a traem nesse processo de busca de apoio emocional. A criança por sua vez, sente-se desprotegida de cuidados e proteção de seus progenitores.

Furniss (2002), menciona que a família dita organizada é aquela que apresenta um funcionamento satisfatório, discrepância enorme entre auto-imagem familiar e a realidade dos relacionamentos desse sistema, o casamento nessa família é mantido de forma idealizada. O incesto nesse tipo de sistema familiar é altamente secreto e um tabu quanto ao seu reconhecimento. O abuso sexual incestuoso nessa família muitas vezes revela um problema focalizado muito específico. O relacionamento incestuoso nessa família normalmente está carregado emocionalmente caracterizado por intensa tristeza por parte dos envolvidos quando um deles é retirado do ambiente familiar.

Segundo o mesmo autor a família dita desorganizada apresenta um funcionamento prejudicado, os papéis encontram-se confusos, muitas vezes observa-se crianças assumindo o papel de organizador da família e suporte emocional para um ou os dois genitores. Há pequena discrepância entre a auto-imagem e a realidade de seus relacionamentos familiares. O conflito conjugal normalmente aparece de forma clara e muitas vezes o pai permanece na família por meio do abuso sexual. O segredo nessa família é de certa forma conhecido pelos membros do sistema, mas não é falado e é um tabu quanto a ser revelado publicamente. Geralmente mais de uma criança é envolvida em abuso incestuoso, por exemplo, quando a criança que era abusada sai de casa normalmente um de seus irmãos passa a ser a vítima.

3.2. A família e o segredo.

Os segredos estão ligados aos diversos tipos de relacionamentos, mas tratando-se da relação familiar, é por meio dele que díades são moldadas, triângulos e alianças são encobertas, divisões, rompimentos, quem faz parte ou não de determinados assuntos familiares, enfim, os segredos aproximam ou distanciam relacionamentos (Black, 1994).

Segundo o mesmo autor, quando uma criança é obrigada por um dos pais a manter um segredo que exclui o outro progenitor tal medida prejudica o bem-estar desse sujeito que foi excluído, logo, a lealdade está comprometida.

Segundo Gabel (1997), os abusos intrafamiliares ocorrem em segredo, que pode ser imposto por violência, ameaças ou em uma relação sem palavras, tendo como função manter uma coesão familiar e proteger a família do julgamento de seu meio em que vive. Por isso é importante sustentar a palavra da criança e fornecer o apoio, uma vez que há um grande risco dela se fechar em seu silêncio para alívio de todos, sem perspectivas de receber ajuda ou apoio do adulto, pois já passou pela experiência do abuso de poder dos adultos e da ausência de credibilidade.

Ferrari e Vecina (2002), listam alguns fatores que mantêm o segredo entre os membros da família. O não agressor ou o parceiro pode permanecer em silêncio por temer o agente da agressão; medo de romper o equilíbrio familiar, mesmo que precária; não querer lidar com perdas, pois ao tomar uma decisão corre o risco de perder o companheiro e/ou a criança; seu papel como protetora encontra-se fragilizado.

A criança pode permanecer calada pois acredita que ninguém pode protegê-la, mesmo que as pessoas de sua casa tenham consciência do que se passa, porém, a criança acredita que ninguém possui meios para ajudá-la; temor em perder o afeto do agressor, quanto mais próximo biologicamente, mais a criança se cala; receio em ser julgada como culpa pelo meio social em que vive; medo de represálias, como por exemplo agressões ou ser retirada de sua família.

Numa família seus membros atribuem significados diferentes relativos ao segredo que é mantido (Black, 1994).

3.3. Abordagem do abuso intrafamiliar

Segundo Ferrari e Vecina (2002), há alguns procedimentos no atendimento de famílias com casos de abuso sexual incestuoso, são eles: Diagnóstico inicial ou avaliação sumária, diagnóstico interdisciplinar e por fim, o atendimento psicológico.

Diagnóstico inicial ou avaliação sumária consiste em analisar fatores de risco, circunstâncias que favoreçam o abuso. Assim que o grau de risco realizado, medidas protetivas são tomadas. A vítima ou o agressor pode ser afastado da residência, por exemplo.

O diagnóstico interdisciplinar consiste em entrevistas diagnósticas (psicológicas, psiquiátricas e sociais) com a vítima, com o agressor e família. Há muitas instituições voltadas ao atendimento de casos de abuso, porém, nada impede que esses casos sejam atendidos em consultório privado, desde que esse profissional realize os atendimentos em rede, ou seja, com outros profissionais (psiquiatras, assistentes sociais).

O atendimento psicoterápico quando ocorre em instituições, suas primeiras sessões são realizadas com familiares. Em seguida por meio de sessões individuais e/ou inserção em grupos de pessoas vitimizadas, grupos de orientação aos pais, de casais, e dos que agredem. O trabalho terapêutico tem como foco tanto o trabalho individual como familiar.

O trabalho individual procura trabalhar questões como identidade, sentimentos de revolta, culpa e vergonha, sentimentos negativos e positivos em relação àquele que agrediu e em relação à família. Dessa forma, a vítima tem possibilidade de perceber que o evento não foi e nem é sua responsabilidade.

Percebe-se que o atendimento individual tem maiores chances de obter resultado quando ocorre na fase na qual o sujeito não se encontra mais em situação de abuso, pois dessa forma é possível que o segredo seja revelado com mais segurança.

Segundo Furniss (1993), a síndrome de adição para a pessoa que abusa apresenta ligação estreita com a síndrome do segredo para a criança e para a família.

As síndromes de segredo e adição são síndromes interligadas. O abuso sexual da criança é uma interação ilegal, aditiva para a pessoa que abusa, em que a “droga” é uma criança estruturalmente dependente. Em muitos casos, a criança se relaciona com a pessoa que abusa como figura parental. A adição a uma ‘droga’ que é uma criança estruturalmente dependente torna extremamente difícil e, ao mesmo tempo de máxima importância, a descontinuação efetiva da adição. (Furniss, 1993, p. 40).

O autor lista algumas características da síndrome de adição: a pessoa que abusa reconhece que o abuso é errado e que constitui um crime; a pessoa que abusa sabe que o ato é prejudicial a criança, mesmo assim isso não impede que o abuso ocorra; o abuso serve como alívio de tensão; o processo envolve compulsão e repetição; a culpa e o reconhecimento de que o abuso esteja prejudicando a criança pode levar o abusador a tentativas de parar o abuso; a excitação constitui o elemento aditivo central e a gratificação sexual do ato contribui para que ocorra evitação da realidade e para a dependência psicológica; a tentativa de parar o abuso gera sintomas de abstinência, como ansiedade, irritabilidade, agitação, entre outros.

Segundo Furniss (1993), o tratamento sem apoio legal ou estatutário permite a continuidade do abuso durante o processo terapêutico. O mesmo autor menciona passos que devem ocorrer no processo terapêutico: Bloquear a continuação da violência, estabelecer a situação de abuso como um fato psicológico e realidade da família, o agressor deve assumir a

responsabilidade pelo abuso, responsabilidade parental pelos cuidados gerais, trabalho mãe-criança, trabalho pai - criança e trabalho com os pais como parceiros.

Bloquear a continuação do abuso é o primeiro passo. A medida normalmente é separar o agressor da vítima temporariamente, durante a intervenção na crise. Nesse momento ocorre um processo legal para que o processo terapêutico prossiga. Tal medida pode não ser necessária quando a criança é mais velha e não deseja retornar a casa, ou quando a mãe a família rejeitam a criança e a colocam como bode expiatório. Essas circunstâncias tornam mais seguro que a criança permaneça sob cuidados fora de casa. O autor acredita que se deve trabalhar no sentido de que a pessoa que abusa deixe a casa, e não a criança.

Estabelecer a situação de abuso como um fato psicológico e realidade da família é encontrar juntamente com a vítima e a família uma linguagem sexual explícita, precisam descrever os eventos para os quais podem ter palavras para descrever. É necessário que o profissional dê esse espaço a família e a vítima fornecendo a eles segurança de que sabe lidar e falar adequadamente sobre esse assunto.

O agressor deve assumir a responsabilidade pelo abuso. Porém, isso não significa que ele é o único participante ativo e que a criança seja passiva, ou que a mãe desconhecia o fato. O pai ao assumir a responsabilidade retorna ao seu papel de pai, de cuidador e protetor. Por sua vez, a criança retorna à posição de criança, o que favorece o alívio de seu senso de responsabilidade pelo abuso.

A responsabilidade parental pelos cuidados gerais, trata-se dos papéis dos pais. Independentemente de eles continuarem como casal, eles sempre terão responsabilidade com seus filhos. “Pais em conflito freqüentemente usam problemas conjugais para evitar questões de responsabilidade parental, tanto quanto usam conflitos parentais de modo a evitar

problemas conjugais quando as questões conjugais são tratadas.” (Furniss, 1993, p. 118) O ponto principal a ser tratado nesse momento da terapia é se os pais encontram-se dispostos a assumirem o cuidado com o filho abusado, independente se continuarão ou não como casal.

No trabalho mãe – criança, o foco é tornar a mãe uma pessoa emocionalmente mais central e protetora. Em quem a criança possa confiar. Nesse processo emergem duas questões centrais. A primeira refere-se aos sentimentos da mãe de culpa por ter falhado em proteger a criança do abuso e a necessidade que a criança tem nesse momento de confiar que a mãe a protegerá caso o abuso continue. A segunda questão é a rivalidade que pode existir entre a mãe e a criança. O sentimento que muitas mães podem nutrir é o de não serem valorizadas pelos seus companheiros, e por conta disso terem sido trocadas por suas filhas (os).

O trabalho pai – criança só é possível após as etapas já mencionadas. Após a revelação a criança pode passar por um período de ódio e rejeição em relação àquele que agrediu, nesse caso mencionamos o pai. É de extrema importância que a criança tenha possibilidade de construir ou reconstruir relacionamentos de confiança com o pai, assim como com outras figuras masculinas. Pois isso possibilitará que futuramente a criança, no caso de menina, tenha vínculos saudáveis com o masculino, e que crianças do sexo masculino tenham vínculos confiáveis com mulheres.

No trabalho com os pais como parceiros, é importante estarmos atentos que há uma confusão de papéis por parte da mãe, (papel de mãe e de parceira). Essas mães tendem a decidir inicialmente pelo divórcio, reação moralista em relação às suas expectativas e as dos profissionais. Porém, mesmo com essa decisão, muitas percebem que ainda estão muito vinculadas a esses parceiros (emocionalmente, sexualmente e/ou economicamente), mas não conseguem admitir por questões morais da própria situação de abuso. Os profissionais nesse momento devem rever sua atitude moral, a fim de darem credibilidade ao que essas mães

sentem e apontar o benefício que essa rejeição pode ter para a criança que foi abusada naquele momento de crise. Pois se esses cuidados por parte do terapeuta ou da equipe de trabalho não forem tomadas é possível que haja uma conspiração dos pais contra essa rede de ajuda.

O trabalho do profissional não se restringe apenas em identificar quem é vítima e quem é abusador, mas compreender que a família com a qual trabalha apresenta uma dinâmica que inclui violência em suas relações

CONCLUSÃO

O abuso sexual infantil intrafamiliar é um assunto cada vez mais discutido em nossa sociedade e no mundo. Porém, percebemos que ainda há pouca habilidade para lidar com o assunto, isso ocorre tanto por parte dos membros da família que apresentam a violência sexual como parte da dinâmica desse sistema como em relação aos profissionais que em muitos momentos não se encontram devidamente capacitados, muitas vezes por não compreenderem de fato o que vem a ser abuso sexual e o contexto no qual ocorre.

É importante que as vítimas sejam protegidas e tratadas, pois dessa forma é possível evitar a continuidade e perpetuação do abuso. Assim como as seqüelas que o abuso sexual pode trazer tanto para a vítima como para o sistema familiar.

Conhecer os aspectos legais relativos ao abuso sexual é importante. Porém, não é suficiente somente esse conhecimento, é necessário compreender como é a dinâmica familiar, seus conflitos, os desajustes existentes e qual ou quais as funções que o abuso sexual representa para esse sistema. Sabemos no entanto que esse processo não é fácil, pois a família muitas vezes desenvolve mecanismos para evitar o contato com a realidade do abuso e conseqüentemente romper com o processo terapêutico.

Devemos refletir também sobre os aspectos políticos envolvidos no abuso sexual, ou seja, quais mecanismos são disponibilizados que visam proteção à vítima e família nesse contexto de abuso sexual. Citaremos alguns meios utilizados: os abrigos, a adoção e a criança sob cuidados de parentes.

Segundo Ferrari e Vecina (2002), os abrigos devem representar uma possibilidade de proteção para a criança e o adolescente, independente de sua condição socioeconômica. Porém, a retirada da criança de seu meio familiar requer trabalhar com um mito que surge

com frequência: que a permanência com a família é sempre o melhor a ser feito. O papel do abrigo não deve ser o de encobrir a real situação da família. Deve oferecer cuidado e proteção que vão além das necessidades físicas. O local também pode oferecer com suas rotinas suporte afetivo, com vínculos significativos. A criança ou adolescente nesse contexto por meio de trocas de experiências pode servir como agente terapêutico.

A adoção segundo Furniss (1993), necessita de uma preparação e orientação cuidadosa a esses pais que irão receber a criança. Caso isso não ocorra de forma adequada essa nova família pode reproduzir sem perceber o abuso sexual. Muitas vezes a criança ou adolescente que sofreu abuso sexual só consegue se relacionar com o outro de forma sexualizada. Portanto, é necessário que os pais adotivos saibam falar de forma clara sobre sexualidade com essa criança ou adolescente.

Segundo o mesmo autor, o procedimento no qual a criança é encaminhada aos cuidados de parentes também necessita cautela, pois mesmo que a intenção inicialmente seja boa a de proporcionar a vítima um ambiente mais familiar é necessário avaliarmos se tal medida não causará mais conflitos. Quando a criança permanece com parentes maternos, muitas vezes esta se vê obrigada a negar qualquer tipo de carinho que tenha em relação ao pai, no caso aquele que cometeu o abuso. Quando a criança é encaminhada aos cuidados de parentes paternos, esta pode sofrer pressões que visem minimizar o abuso, inclusive a criança pode se ver obrigada a negar completamente o que ocorreu.

Com base nos procedimentos citados acima, podemos refletir até que ponto essas medidas são realmente eficazes? Elas realmente proporcionam aquilo que apresentam como objetivos? E conseguem minimizar as consequências psicológicas na vítima e na família?

O desenvolvimento de pesquisas torna-se cada vez mais importantes no sentido de acompanharem a longo prazo vítima e família. Pois, sabe-se que o conceito de família tem sua origem no social, sendo que este se encontra em constante transformação a dinâmica familiar por sua vez também. Mas não é só a transformação da sociedade e a dinâmica familiar que merecem estudos e pesquisas mais profundas, o entendimento de como cada sujeito que esteve ou está em contexto de abuso também é importante, ou seja, o entendimento subjetivo que permeia todo o processo de abuso.

Segundo Furniss (1993), um dos aspectos que pode contribuir para a omissão da denúncia está relacionado ao sentimento de culpa que uma eventual participação consentida possa causar. Outro complicador pode se o fato dessa família estar comprometida afetivamente com a dinâmica incestuosa.

O trabalho terapêutico deve proporcionar a família e vítima possibilidade de reconstrução em relação a sua identidade e ao próprio processo de abuso. Os papéis de cada membro dessa família devem ser reorganizados . Ou seja, que a criança ou adolescente que sofreu o abuso tenha possibilidade de ser novamente filho, protegido e cuidado por seus progenitores. E que esses consigam dar credibilidade a criança ou adolescente e que entrem em contato com a realidade do abuso e suas conseqüências.

McNamee e Gergen (1998), em sua obra mencionam a importância do reconhecimento dos sentimentos e experiências e a visão das pessoas em relação alguma coisa, sem que para isso o terapeuta tenha que concordar ou não com o que é dito. E dessa forma possibilitar a construção e reconstrução de experiências.e formas de pensar.

O foco do trabalho dirigiu-se a uma reflexão acerca da família abusiva, o que mantém tal dinâmica, a função do segredo, as confusões de papéis nesse sistema e as dificuldades que

a equipe que trabalha com essas famílias enfrentam. As consequências psicológicas foram contempladas nesse trabalho, assim como medidas que podem ser utilizadas para intervir num trabalho terapêutico individual e com a família.

Importante mencionarmos e refletirmos sobre a utilização do termo vítima. Esse termo carrega consigo uma interpretação patológica. Afinal, sabe-se que a partir de alguns relatos temos informação de que o sujeito abusado por vezes sentiu prazer com ato sexual abusivo. Convém esclarecermos que não desqualifico o termo, muito menos menciono que quem sofre o abuso procura por ele.

Por fim, sabemos que há muitas informações que não foram apresentadas nesse trabalho, visto que é um tema muito abrangente e que ainda necessita de muitos estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amazarray, M.R. e Koller, S.L. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e crítica*. 11, 3, 30.

Ariès, P.(1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Editora LCT.

Associação Brasileira Multiprofissional de proteção à infância e à adolescência – Abrapia disponível em:
<http://www.abrapia.org.br/antigo/textos/Artigos/Abuso%20Sexual.htm>. Acesso em 02 set. 2007.

Azambuja, M. R. F. (2004). *Violência Sexual intrafamiliar. É possível proteger a criança?*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (Orgs.). (2002). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.

Black, E.I. (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Porto Alegre: Corag.

Ferrari, D.C.A. & Vecina, T.C.C. (2002) *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora.

Furniss, T. (1993). *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Gabel, M. (Org.).(1997). Os abusos sexuais. In: Lamour. M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.

Gabel, M. (Org.).(1997). Psicopatologia dos autores de delitos sexuais contra crianças. In: Claude.B. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.

Madanes, C. (1997). *Sexo, amor e violência: estratégias para a transformação*. São Paulo: Psy.

Mcnamee, S. & Gergen, K.J.(1998). A história torna-se sua história: terapia colaborativa orientada para solução dos efeitos posteriores ao abuso sexual. In: O'Hanlon. W. H. *A terapia como construção social*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Mcnamee, S. & Gergen, K.J.(1998). A reconstrução da identidade: A construção comum da crise. In: Mcnamee. S. *A terapia como construção social*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Postman, N. (1999). *O Desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro: Graphia.

Sanderson, C.(2005). *Abuso sexual em crianças – fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: Ltda.

Silva, Adriana N. N. (1998). *Abuso sexual de crianças*. Departamento de Psicologia. Pontifícia Unidade Católica do Rio de Janeiro.

Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica – Alternativas Terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.